

RECURSO ESPECIAL Nº 1.648.459 - SP (2017/0009758-2)

RELATOR : **MINISTRO OG FERNANDES**
RECORRENTE : **UNIÃO**
RECORRIDO : **MUNICÍPIO DE OURINHOS**
PROCURADOR : **FERNANDO VALIN REHDER BONACCINI E OUTRO(S) - SP138495**
INTERES. : **REDE FERROVIÁRIA FEDERAL S A**

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto pela União, fundado na alínea "a" do permissivo constitucional, contra acórdão oriundo do TRF da 3ª Região assim ementado (e-STJ, fls. 228-229):

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. CONSTITUCIONAL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO INOMINADO. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. TAXA DE PREVENÇÃO DE INCÊNDIO. RFFSA. SUCESSÃO PELA UNIÃO. EXIGIBILIDADE. RECURSO DESPROVIDO.

1. Com efeito, a agravante sustentou a inaplicabilidade do artigo 557 do Código de Processo Civil no presente caso, contudo o referido artigo é aplicável quando existente jurisprudência dominante acerca da matéria discutida e, assim igualmente, quando se revele manifestamente procedente ou improcedente, prejudicado ou inadmissível o recurso, tendo havido, na espécie, o específico enquadramento do caso no permissivo legal, conforme expressamente constou da respectiva fundamentação.

2. Na espécie, a decisão agravada baseou-se em firme jurisprudência da Suprema Corte, enquadrando-se na quarta hipótese do capuz do artigo 557, conforme AgRAI 677.891, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI, DJ 17/03/2009, julgado que fundamentou a decisão agravada.

3. No tocante ao aspecto constitucional, o artigo 557 do Código de Processo Civil foi declarado válido pela Suprema Corte, não se cogitando, pois, de ofensa aos princípios do devido processo legal, contraditório e ampla defesa (RE-AgR 291.776, Rel. Min. GILMAR MENDES, DJ 04/10/2002).

4. Antes de adentrar ao mérito, cumpre destacar que a hipótese dos autos trata de taxa de prevenção de incêndio cobrada pelo Município de Ourinhos, e não do Município de Presidente Prudente, como constou das razões recursais.

5. No mérito, cumpre destacar que a taxa de prevenção de incêndio não se destina a cobrir as despesas com segurança pública, como alegado pela agravante, mas a manutenção dos serviços de prevenção e extinção de incêndios, serviço público específico e divisível, cujos beneficiários são suscetíveis de referência individual, nos termos dos artigos 77 e 80 do Código Tributário Nacional (RE 206.777, Rel. Min. ILMÃO GALVÃO, DJU 25/02/1999). Assim, resta patente a competência do Município para instituir e arrecadar taxa de prevenção de incêndio, e não do Estado-Membro,

Superior Tribunal de Justiça

como supôs a agravante.

6. Como se observa, é improcedente a invocação dos artigos 139, §§ 1º e 2º, e 142, da Constituição do Estado de São Paulo, e 7º do Código Tributário Nacional, para efeito de respaldar a pretensão da União diante da jurisprudência consolidada.

7. Precedentes da Suprema Corte e desta Turma.

8. Agravo nominado desprovido.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados.

Em suas razões, a insurgente levanta prefacial de ofensa ao art. 535 do CPC/1973, aduzindo omissão quanto aos arts. 77, 80, 142, 145, 156, 174 e 201 do CTN; 267, I, do CPC/1973; 2º, § 3º, e 16 da LEF; e 175 e 239 da Lei municipal n. 794/1966.

No mérito, acusa violação dos arts. 77 e 80 do CTN; 175 e 239 da Lei municipal n. 794/1966.

Defende, em síntese, a incompetência do município para tributar taxa de incêndio.

Invoca a isenção das taxas de serviços urbanos sobre os imóveis utilizados pela União e sugere a cobrança contra as pessoas que atualmente ocupam os imóveis.

Sem contrarrazões recursais.

Admitido o recurso especial na origem (e-STJ, fls. 261-262), subiram os autos a esta Corte.

É o relatório.

Inicialmente, quanto à preliminar, não há se falar em ofensa ao art. 535 do CPC/1973 quando o Tribunal de origem, como se verifica no presente caso, pronuncia-se de forma clara e objetiva sobre a questão posta nos autos, tendo o dispositivo se mostrado suficientemente fundamentado para embasar a decisão.

Assim, não prospera a pretensão de nulidade do aresto por omissão ou por contradição.

Quanto ao mérito, o Tribunal de origem decidiu a questão nos seguintes termos (e-STJ, fls. 220-221):

Em relação à taxa de prevenção de incêndio encontra-se incluída na "Taxa de Serviço Urbano", de que tratam os artigos 174, IV, e 239, da Lei Municipal 794/66, que instituiu o Código Tributário do Município de Ourinhos, não se cogitando, portanto, de nulidade ou ilegalidade da respectiva cobrança:

Art. 174. Pelo exercício regular do poder de polícia ou em razão da utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição pela Prefeitura, serão cobradas, pelo Município, as seguintes taxas:

[...]

IV - de serviços urbanos.

Art. 239. A taxa de serviços urbanos tem como fato gerador a prestação pela Prefeitura, de serviços de limpeza pública, iluminação pública, conservação de calçamento e vigilância e será devido pelos proprietários ou possuidores, a qualquer título, de imóveis edificadas ou

Superior Tribunal de Justiça

não, localizados em logradouros beneficiados por esses serviços.

A propósito da constitucionalidade de tal espécie de taxa já decidiu a Suprema Corte:

AgRAI 677.891, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI, DJ 17/03/2009: "EMENTA: CONSTITUCIONAL. TRIBUTÁRIO. TAXA DE INCÊNDIO. CONSTITUCIONALIDADE. AGRAVO IMPROVIDO. I - É legítima a cobrança da Taxa cobrada em razão da prevenção de incêndios, porquanto instituída como contraprestação a serviço essencial, específico e divisível. Precedentes. II - Agravo regimental improvido."

Dessa exposição, verifica-se que a questão foi solucionada a partir da compreensão do disposto em lei municipal, norma cuja interpretação não pode ser questionada em recurso especial, nos termos da Súmula 280/STF: "Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário."

No mesmo sentido:

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. TAXA DE PREVENÇÃO A INCÊNDIO.

COMPETÊNCIA PARA INSTITUIR. QUESTÃO DIRIMIDA PELA ANÁLISE DE LEI LOCAL. IMPOSSIBILIDADE DE APRECIACÃO EM RECURSO ESPECIAL. SÚMULA 280/STF.

1. Inevitável a análise da lei local para definir a competência para instituição da taxa de prevenção a incêndio, se do município recorrido ou do Estado de São Paulo. Desse modo, para reformar o acórdão recorrido seria necessária a análise do direito local, providência vedada em Recurso Especial, conforme Súmula 280/STF.

Precedente: AgRg no Ag 803.949/MG, Rel. Ministra Denise Arruda, Primeira Turma, julgado em 6/3/2007, DJ 12/4/2007, p. 225.

2. Agravo Interno não provido.

(AgInt no REsp 1650002/SP, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 24/10/2017, DJe 19/12/2017)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. TAXA DE COMBATE A INCÊNDIO. ARESTO ATACADO BASEADO NO EXAME DA LEGISLAÇÃO ESTADUAL E QUE CONTÉM FUNDAMENTO CONSTITUCIONAL SUFICIENTE PARA MANTE-LO. NÃO APRESENTAÇÃO DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. ÓBICE DAS SÚMULA 280/STF E 126/STJ.

1. Por ofensa a direito local não cabe recurso especial (Súmula 280/STF, por analogia).

2. "É inadmissível o recurso especial, quando o acórdão recorrido assenta em fundamentos constitucional e infraconstitucional, qualquer deles suficiente, por si só, para mantê-lo, e a parte vencida não manifesta recurso extraordinário" (Súmula 126/STJ).

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no REsp 1533224/PR, Rel. Min. MAURO CAMPBELL

Superior Tribunal de Justiça

MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 18/8/2015, DJe 28/8/2015)

Ademais, após a edição da Emenda Constitucional n. 45/2004, a competência para o julgamento de causas nas quais lei local é contestada em face de lei federal foi transferida para o Supremo Tribunal Federal, consoante a dicção do art. 102, III, "d", da Carta Magna.

No ponto:

ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. REVISÃO DE CRITÉRIO DE TARIFICAÇÃO DE CONSUMO DE ÁGUA. APONTADA IRREGULARIDADE DO DECRETO ESTADUAL 41.446/96. IMPOSSIBILIDADE DE EXAME INFRAÇÃO À LEGISLAÇÃO LOCAL EM SEDE DE RECURSO ESPECIAL. SÚMULA 280/STF. COMPETÊNCIA DEFERIDA AO STF: CF, ART. 103, III, "D". RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de recurso especial (fls. 597/620) interposto pela CRIESP - Central de Radioimnuensaio de São Paulo S/C, com fulcro no art. 105, III, "a", "b" e "c", do permissivo constitucional, contra acórdão que, em síntese, reconheceu legal o critério de tarifação de consumo de água instituído pelo Decreto Estadual 41.446/96.

2. O inconformismo se deve ao fato de que o sistema de cálculo e de preço aplicado aos prédios comerciais, caso da recorrente, resulta em valores superiores aos decorrentes do consumo doméstico. Assim, o principal argumento de direito empregado é no sentido da inconstitucionalidade da referida legislação do Estado de São Paulo, que teria também infringido texto de lei federal, quais sejam, o Decreto Federal 82.587/78 e a Lei 6.528/78.

3. Todavia, o apelo não merece acolhida, uma vez que o acórdão recorrido, ao decidir o litígio, apoiou-se integralmente no exame da norma local.

4. Impede o exame do direito postulado, *mutatis mutandis*, o óbice da Súmula 280/STF: Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário.

5. De outro ângulo, é também manifesta a incompetência desta Corte para o feito, em face do estabelecido no art. 102, III, "d", da Constituição Federal: Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe: III. julgar mediante recurso extraordinário [...] quando a decisão recorrida: [...] d. julgar válida lei local contestada em face de lei federal.

6. Recurso especial não conhecido.

(REsp 968.480/SP, Rel. Min. JOSÉ DELGADO, PRIMEIRA TURMA, DJ 30/6/2008)

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III e IV, do CPC/2015, c/c o art. 255, § 4º, I e II, do RISTJ, e na Súmula 568/STJ, conheço em parte do recurso especial e, nessa extensão, nego-lhe provimento.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator

